

SALVADOR

imagens, discursos e representações¹

As representações das comunidades pobres no Brasil muitas vezes nos mostram imagens de comunidades negro-mestiças, que têm como principais eixos temáticos a exclusão social e a violência. Assim temos no filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, inspirado no livro homônimo de Paulo Lins, que busca retratar a vida numa favela situada na cidade do Rio de Janeiro, favela essa que poderia estar localizada em qualquer outra cidade brasileira, como Salvador, por exemplo. Podemos considerá-la um protótipo das comunidades pobres que povoa "nosso" imaginário. Mas nos perguntamos se essa interpretação é ideológica, ou se ela, de fato, corresponde ao mundo real, o mundo distanciado das telas do cinema, dos discursos intelectuais ou da literatura.

Um gueto negro na *Cidade de Deus*

Na busca por fixar uma imagem para as comunidades pobres no Brasil, encontramos com a definição de gueto negro, espaço onde muitas vezes as relações sociais ultrapassam os limites do justo. Um universo fechado, que mantém suas próprias regras, um campo de batalha onde os moradores são soldados armados. Um bando de miseráveis, negro-mestiços em sua grande maioria, gente considerada feia, frequentemente associada a um estado de barbárie que parece ameaçar o confortável mundo civilizado das elites.

Com seus traçados caóticos, as favelas são delineadas, muitas vezes, com desenhos de linhas sinuosas e entrelaçadas, tramas labirínticas. Estrutura composta por espaços fracionados – corredores, vielas, terrenos baldios – e de resoluções tão complexas, que muitas vezes nos custa encontrar a orientação, quando não fazemos parte dela. (Fig. 01) Universos fechados com suas próprias leis. Mas, vale indagar de que maneira a miséria e a pobreza conformam esse cenário. Por que são universos fechados? E fechados para quem?

Podemos considerá-las como cidadelas medievais, fortificações defensivas que têm seus limites determinados pela miséria. Aqui, as muralhas são construídas com elementos intangíveis como, por exemplo, o medo, elemento que, ao mesmo tempo, caracteriza sua solidez, na medida em que determina regras de mobilidade dentro da *favela*. Mas essas muralhas também são construídas por elementos concretos que se configuram na paisagem como velhos barracos, moradias insalubres, enfermidades crônicas.² Elementos esses que funcionam como cinturões de isolamento.

Algumas dessas favelas nasceram dos *quilombos*, bairros formados por escravos fugitivos ou negros libertos, localizados em torno da cidade, no caso de Salvador. Hoje, sua população é, majoritariamente, negro-mestiça. Outras vezes, as favelas surgem de pequenos núcleos urbanos criados pelo Estado, chamados "embriões".

(Fig. 02) Bairros em seus primeiros estágios de desenvolvimento, mas que, com o tempo, foram sofrendo sucessivas modificações. Construídos com materiais de má qualidade, esses conjuntos habitacionais estão situados em zonas distantes dos centros das cidades, em "áreas de vocação para habitação popular"³, carentes de infra-estrutura adequada. Seu distanciamento manifesta uma clara intenção dos poderes públicos de segregar uma parte da população que, por qualquer motivo, incomoda os interesses oficiais. Se nos colocarmos a observá-las de uma posição distanciada, o desenho que as diferencia no contexto urbano é claro. Zonas que se destacam do todo em que estão inseridas por suas características opostas, tanto no que se refere à sua configuração espacial, quanto no que diz respeito às condições de vida. Penetrando nessas zonas, podemos perceber que há uma ordem preestabelecida, a partir da qual os que entram e saem são constantemente vigiados. Aqui, o erro muitas vezes é punido com a morte. Assim nos é apresentada a favela *Cidade de Deus* no filme de Fernando Meirelles. No filme também fica claro que esse território se configura como um gueto negro.



Figura 1 - Fotografia da autora.

Na *Cidade de Deus*, os espaços públicos são vivenciados com muita informalidade, uma exposição da intimidade que constrange aqueles que têm definido o conceito de público e privado, seus limites e normas. Cada pedaço desse território é bastante disputado, como em todas as favelas. É como se as pequenas casas, já abarrotadas pelos seus moradores, deram nas ruas seus excedentes. Nas esquinas, pontos comerciais, pontos de drogas, pontos de encontro, pontos de oferendas para os *orixás*, deuses negros que parece haver perdido o controle de sua comunidade. Nas ruas, alguns cachorros reviram o lixo, mulheres lamentam suas desditas na solidão de amar e amamentar tantos filhos sem pais. Por

ali, muitos são as crianças que brincam, grupos de amigos, alguns há muito esqueceram o caminho da escola. Entre esses moleques, ainda é possível encontrar certa mistura de inocência e malícia que se enfatizam e se opõem ao cenário urbano – pequenos casebres, algumas casas abandonadas, "casarões assombrados", vegetação que lentamente vai sendo desmatada para dar lugar aos novos conjuntos



Figura 2 - Fotografia da autora.

habitacionais que por ali crescem. Um pouco mais afastados, os grandes e elegantes edifícios da “outra cidade”, da cidade oficial.

Os moleques pensavam no futuro, faziam planos para quando crescessem. Enquanto admiram a paisagem fumando um cigarro de maconha, sonham com os heróis da TV. Havia muito

que fazer pelas ruas – conversar com amigos, jogar futebol, nadar no rio, pensar na vida, sonhar. Mas, às vezes, se sentiam melancólicos. E, enquanto desfrutavam de toda a liberdade, não percebiam que o tempo, pouco a pouco, lhes ia roubando os dias e a dita.

“Sangue diluindo-se em água podre acompanhado de mais um corpo trajando calça Lee...” (LINS, 2002, p.13.), também compõem a paisagem. São sinais da guerra que tingem de vermelho as ruas já manchadas das muitas *Cidade de Deus* que temos no Brasil. O medo paralisa o corpo, fere a alma. Mas, que diferença faz? Não ha como se mover, porque não ha por onde escapar. O tempo rapidamente os converte em homens, os amigos agora se tornam sócios das gangues do crime. Para os que vivem na marginalidade, trabalho é sinônimo de escravidão, não é possível viver dignamente com trabalho honesto: os que tentam são considerados néscios.

Trabalhar como um escravo, jamais; sem essa de comer de marmitta, recebendo ordens dos brancos, fazer sempre o trabalho pesado sem chance de subir na vida, acordar cedo para pegar no batente e ganhar merreca. (LINS, 2002, p.43.)

Sonham em fazer fortuna no mundo do crime, para depois descansar em um sítio, deitados ao sol, admirando a paisagem, fumando cigarros de maconha. E continuam acreditando em histórias de heróis. Com o dinheiro que “ganham” fazem festas, comem demasiado, bebem demasiado, fumam demasiado. Celebram a vida que, nas *Cidade de Deus*, pode estar por fenecer. Em outros momentos, quando a realidade ameaça o sonho, desejam mudar, encontrar um trabalho honesto, constituir uma família, levar vida de otário, ser feliz. Mas, na *Cidade de Deus*, para esses “bichos-soltos”, ter uma vida normal já não é possível, porque, dia a dia, eles vão se distanciando da sociedade oficial e de suas normas de convivência. Mas quem se importa com isso? O Estado, há muito tempo, esqueceu-se deles, assim como os *Orixás!*

Todo mundo aqui tem cara de bandido, quase não há branco, nesta terra só tem crioulo mal-encarado. (LINS, 2002, p.35.)

Mas, o que significa "ter cara de bandido"? Os bandidos da *Cidade de Deus* são negros e feios, têm como rasgo manifesto o preconceito de cor. Os negros são considerados, por alguns personagens do livro, como uma raça maldita, naturalmente má. Raça que infesta às favelas, promovendo a violência e causando insegurança ao ambiente. O negro é sinônimo de bandido, enquanto o branco é sinônimo de trabalhador, e essa imagem está presente em nosso imaginário desde o período colonial.

A única coisa ruim do Rio de Janeiro era a presença de crioulos por toda parte (...) raça maldita. Dizia sempre que já não gostava de crioulo e que depois que veio para o Rio passara a sentir raiva. Argumentava com os amigos que o loiro era filho de Deus, o branco Deus criou, o moreno era filho bastardo e o negro o Diabo cagou. (LINS, 2002, p.53.)

Do o outro lado, temos a voz dos negros, acurrados no abismo que lhes construiu a exclusão social, violados em seus direitos – todos representados como pessoas sem caráter e de maus sentimentos. Sem rumo a seguir, eles levam consigo a solidão dos expatriados e a mácula da servidão.

(...) o Grande que matava policiais por achar a raça a mais filha-da-puta de todas, essa raça que serve aos brancos, essa raça de pobres que defende os direitos dos ricos. Tinha prazer em matar branco, porque o branco tinha roubado seus antepassados da África para trabalhar de graça, o branco criou a favela e botou o negro para habitá-la, o branco criou a polícia para bater, prender e matar o negro. Tudo, tudo que era bom era dos brancos. O presidente da República era branco, o médico era branco, os patrões eram brancos, (...) os ricos eram brancos, as bonecas eram brancas, e os porras desses crioulos que viravam polícia ou que iam para o Exército tinham mais era que morrer igual a todos os brancos do mundo. (LINS, 2002, p.176.)

Podemos considerar essa descrição como a representação das comunidades populares presente nas grandes cidades brasileiras. No Brasil, 49,68% da população vive na pobreza, sendo que 53,87% em condições de indigência. O percentual de negros entre os pobres é de 65% e, entre os indigentes, 70 %.⁴ Na Bahia, para o período de 1999 a 2000, os índices são de 52,76% de indigentes e 53,63 % de pobres.⁵ E me pergunto: onde estão as "zonas de confraternização entre vencedores e vencidos", que propiciariam a democracia racial brasileira?

Salvador: imagem da periferia

Para os que só conhecem Salvador pela publicidade do turismo, nos cartões-postais, outdoors e TVs (Fig. 03), a cidade se apresenta orgulhosa de sua história, otimista na sua colorida alegria, sedutora na musicalidade, com seu ritmo avassalador. Os que chegam à cidade num dia de verão são surpreendidos pela intensa claridade da luz do sol, na imensidão do azul do céu, e pelo forte calor, além da exuberan-

te natureza que tão generosamente acolhe a cidade, e a exalta. No entanto, Salvador, hoje imenso território conquistado pela miséria, é, como nos tempos coloniais, uma cidade de pequenas e grandes ruínas humanas. A cidade exuberante das imagens turísticas é, ao mesmo tempo, a cidade hostil, que lança fora, em direção à periferia⁶, tudo que ela classifica como sórdido.

Nessa mesma esplendorosa cidade, nos deparamos com a monótona paisagem desenhada pela fealdade das negligentes e mutiladas residências populares. Na sórdida realidade dos bairros populares, as edificações contíguas, construídas no limite do terreno, esparramam-se pelas calçadas e invadem o espaço do pedestre. (Fig. 04) São, em sua grande maioria, construções inacabadas, ainda em tijolos aparentes. Habitações toscas, improvisadas, que nos lembram os míseros e mesquinhos mocambos sem conforto, como o dicionário os define: “lugar onde se podiam asilar os criminosos, onde não entrava a justiça do rei”.



Figura 3 e Figura 4 - Fotografias da autora.

O negro da sujeira do limo se confunde com a cor vermelha dos tijolos dessas residências (Fig. 05). Nos edifícios de coberturas planas, lajes desprotegidas das intempéries, guardam-se objetos inúteis, trastes velhos, restos esquecidos por algum morador distraído, que ainda acredita em sua futura aplicação. A água se acumula na cobertura e escorre pelas paredes causando infiltrações, comprometendo a construção (Fig. 06). Os casebres nos intimidam com suas fachadas tingidas de um verde escuro e lodoso. Despidas, expostas em sua fragilidade, essas casas falam, sem pudor, da verdade de seus donos – gente humilde, de vida triste, frustrada. O tempo aqui é desesperançado, opressivo. São casas feias, maculam a cidade, e nos fazem sentir como ante um espetáculo indigno.

Toda a extensão desses bairros está dividida por ruas sujas e estreitas, formando quadras que obedecem à mesma estrutura de um desenho labiríntico, caminhos torcidos que nos levam, todos eles, até a degradação do espaço coletivo. Em ruas

sem pavimentação ou rede de esgoto, as águas servidas são lançadas diretamente nos espaços abertos, criando, ao redor das residências, um ambiente insalubre, propício às enfermidades (Fig. 07).



Figura 5 - Fotografia da autora.

Amontoados nas esquinas ou passeios, sacos plásticos decoram os espaços públicos, compondo uma fisionomia descuidada. Nessas vielas barulhentas, convertidas em depósitos de lixo, é muito freqüente encontrar vendedores ambulantes que comercializam diversos tipos de gêneros, como frutas, doces, chapé-

us de palha ou sandálias de couro. As mercadorias exalam distintos aromas, que se misturam ao odor que se desprende de seus corpos suados e ao cheiro fétido das ruas sujas e lamacentas. Aqui estamos, nos bairros populares, em geral imensos aglomerados que se formaram a partir de famílias desarraigadas, migração que fugia de seu lugar de origem – a miséria do campo. Longe estamos de imaginar que é possível vida digna nesse ambiente.

Mas as favelas não são cidades ermas. São ambientes de intensa vida humana, agregados a uma paisagem monótona, mesquinha e melancólica. Pelas ruas, podemos admirar crianças que jogam futebol, outros tantos a cabra-cega. Nas tardes de verão, o céu fica mais vivo com as pipas desses moleques, e a vida talvez menos amarga. Em tempos de festas, os moradores decoram as ruas com bandeiras de papel colorido, e a música soa alta. Na comunidade, há alegria de viver, solidariedade, ambiente acolhedor, despreendimento, esperança de que um dia as coisas melhorem. E elas não melhoram, mas ainda assim as mulheres têm sonhos, e também presságios. Muitas delas são mães de filhos sem pai, ou de tantos pais quanto fi-



Figura 6 - Fotografia da autora.



Figura 7 e Figura 8 - Fotografias da autora.

lhos tenham. E a vida segue, em meio a uma “pobreza dócil e honrada”, que é resgatada pela compaixão e solidariedade que tanto caracterizam as comunidades populares. Outras crianças chegam a cada ano, ocupando as ruas com seu calor humano, seu olhar inocente. Caras feias queimadas do sol.

É uma população que sonhou com outra cidade distinta, desejou-a íntegra. No entanto, ela não é essa cidade incólume, mas violenta, injusta, lúgubre e cruelmente tangível. Podemos admirar certa letargia que escurece os olhares e emudece o ânimo de uma gente que tão bravamente tem lutado por manter sua dignidade. É que, às vezes, torna-se muito difícil continuar acreditando em promessas evasivas, idéias, devaneios, quando os heróis são os que habitam a cidade dos outros postais, aquela que, daqui, só é possível conceber na imaginação.

A mestiçagem e a cidade do medo

De uma perspectiva colonialista, e articulando conceitos a partir de estereótipos presentes no sistema ordenado por ela, entendemos que o discurso do período colonial estabeleceu, para a cidade de Salvador, uma hierarquia em que os conceitos de bom e mau estavam diretamente associados à pugna da diferença, existente no universo de soberania cristã da época. Somente aos homens de sangue limpo era dado o título de “homens bons”. Purgatório, inferno e paraíso⁷ eram, para a cidade do século XVII, três definições mutantes, que se alternavam segundo sua referência:

Que para os bons sou inferno/ e para os maus paraíso. (MATOS E GUERRA, 1992, p.40)

Essas duas categorias – *bom* e *mau* – também estavam organizadas por critérios de raça, segundo os quais a mestiçagem tinha papel profundamente desconcertante na trama da hierarquia urbana. Entendemos as categorias *céu* e *inferno* como normas de hierarquia, em que bons e maus coexistem sob um ambiente contraditório que lhes dá existência. Essas não são categorias naturais, mas criações sociais que ten-

tam delimitar um espaço ordenado, em oposição ao espaço caótico da cidade, esse espaço que sempre esteve relacionado com o diverso e que é, portanto, ameaçador.

No que se refere ao homem, o que prevaleceu, na sociedade brasileira colonial, foi, sem dúvida, a incompreensão e a desigualdade social, dois fortes pilares que fundaram a nação e que persistem até nossos dias. Defendida como um mal necessário à colonização brasileira, não há dúvida de que a escravidão contribuiu para definir um espaço poderoso, dentro da paisagem urbana, que se mantém até hoje. A mestiçagem dotou a cidade de Salvador de um caráter complexo, de tramas tecidas em uma ordem que, muitas vezes, não se mostra de maneira clara. Com suas caras escuras, os negros sempre foram considerados “violentos por natureza”.

O contacto das raças inferiores com as que são mais cultas sempre desmoraliza e deprava uma e outra. Claro está que os negros e os índios não podem mais que inspirar desdém e ódios, o que gera escárnio dos superiores. (Correio de Notícias, 30.04.1900, p.2.)

Hoje, a etnia ainda determina segregações, e os afro-brasileiros continuam ocupando o território ilegítimo da cidade. Dividindo a população urbana de Salvador em duas categorias, poderíamos dizer que desejos e medos se unem para gerar cidades que se alternam. A cidade da felicidade e da alegria é a cidade paraíso, a cidade radiante, presente também na publicidade turística. A cidade clandestina é a cidade do mal, a cidade oculta pelo medo, lugar de condenados, que, não por acaso, associamos à imagem do inferno. É a dualidade entre o mundo civilizado da ordem, e o mundo bárbaro do caos, em que cada universo tem seus próprios personagens. É na cidade clandestina, universo considerado selvagem, onde vive a população pobre da Bahia, e que, não por acaso, é majoritariamente negra. Civilizar-se significou adaptar-se ao temperamento, à maneira do estilo europeu, uma disposição superior, da qual a comunidade negra, por sempre ter sido considerada incompatível (SCHWARCZ, 1993), sempre esteve excluída. No Brasil da modernização, no início do século XX, civilizar-se também significou “desafricanizar-se”. Essa postura se mantém ao longo de todo o processo de modernização da cidade de Salvador, ocorrido no início do século XX, e a identificamos também na revitalização do Centro Histórico de Salvador.

O que se deseja preservar das cidades?

Declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1985, o Centro Histórico de Salvador foi definido como o mais importante conjunto barroco arquitetônico colonial da América Latina. Zona principal de visitação da cidade, nele se concentra o maior Pólo Turístico Cultural de Salvador. O bairro do Pelourinho, situado no Centro, foi, no século XVIII, a zona residencial mais nobre, e seu importante centro

comercial. Aqui viviam homens de negócio, grandes comerciantes, exportadores e importadores, senhores de engenho e altos funcionários públicos. No entanto, a partir do final do século dezenove, o Centro perde população, as classes mais ricas migram para outras áreas da cidade.

Nos anos 1930, a Bahia atravessa uma grave crise social e econômica, o que ocasiona desemprego em larga escala, tendo como consequência o empobrecimento. Conclusão: enfraquecimento do comércio. Nesse período, o Centro Histórico é habitado por uma população de baixo poder aquisitivo. Em 1932, uma ordem policial determina a concentração de toda a atividade de prostituição do centro da cidade no bairro do Maciel, que se tornou, assim, zona de prostituição, atividade exercida por 40% dos moradores (ESPINHEIRA, 1971). Essa medida seria justificada pelo argumento de que a centralização de tal atividade facilitaria sua vigilância e seu controle pelo Estado. O grande número de seus edifícios, transformados em habitações coletivas, agora é ruína. Mundos desmoronados, batalhas perdidas, a cidade toma a forma que é própria da marginalização social. Com o passar do tempo, aumenta a degradação: entre trabalhadores, traficantes, prostitutas, travestis, desocupados e turistas, o Centro Histórico torna-se cidade clandestina. É frequente encontrar, nos jornais da época, notícias que descrevem o distrito da Sé como bairro de violência e marginalidade.⁸ Havia fome, e ainda há, porque a miséria que, no início do século XX, era compartilhada pelos moradores dessa zona, ainda está presente ali, e tem se alastrado por toda a cidade.

Nos anos de 1960, é criada a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, que tinha a finalidade de preservar e sanear o Centro Histórico. Mas, para isso, era necessário transferir a população que vivia nesse entorno de violência e marginalidade para bairros mais distantes do centro. Por acaso faziam parte da sujeira que tanto envergonhava a cidade? As primeiras intervenções na zona são desse período. No período de 1970 a 1996, o Centro Histórico perde população (VASCONCELOS, 2002). Com o abandono, as casas são ocupadas por imigrantes.

Até os anos 70, o centro da cidade de Salvador estava concentrado no Centro Histórico (*Cidade Alta* e *Cidade Baixa*), com algumas zonas consideradas como sub-centro (VASCONCELOS, 2002). Nos anos 70 e 80, aumenta, de maneira significativa, sua degradação. Nesse período, foram realizadas algumas tentativas de reforma nas áreas mais deterioradas, de forma isolada. Muitos desses projetos são de autoria de Lina Bo Bardi e de sua equipe. A arquiteta criticava as intervenções que somente privilegiavam o turismo e a folclorização da cultura local.

O "caso" do Centro Histórico da Bahia é: não a preservação de arquiteturas importantes, (como seria em Minas) mas a preservação da Alma popular da cidade. (FERRAZ, p. 270, 1993)

A proposta de revitalização do Centro Histórico deveria promover a integração da população local ao "novo centro", através da criação de um programa socioeconômico que transformasse suas condições de vida. A "Alma popular da cidade" a que Lina se refere estava relacionada com os moradores que viviam ali, e que davam ao bairro uma característica própria. Sua proposta era manter a população no Centro Histórico. Uma população pobre e muito diversa em sua dimensão social, mas com uma manifestação artística e um conhecimento popular profundamente ricos. Com uma alta taxa de densidade populacional, 17 pessoas por imóvel, para uma densidade média ideal de 3,3 por unidade, nos anos 80, os moradores conviviam no amontoado de ruínas em que o bairro havia se transformado (MIRANDA, 2002. P.61).

Nos anos 90, o governo do estado da Bahia, através do que chamou de *Término de Referência*, inicia um programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, que tinha como objetivo restaurar o tecido urbano e não mais os edifícios isolados. O *Término* contemplava: (1) a recuperação dos edifícios; (2) um programa de paisagismo e de urbanismo; (3) a recuperação da pavimentação; (4). melhoria da rede de água e energia elétrica etc.

Os edifícios, que outrora foram residências de ricas famílias⁹, agora são transformados, quase em sua totalidade, em edifícios com função comercial e turística. Para tanto, 1.967 famílias (VASCONCELOS, p. 385, 2002) tiveram de abandonar suas casas, sendo transferidas para bairros distantes. No plano de reforma para o centro de Salvador, não foi inserida uma proposta de inclusão social para a população pobre que morava no local e que foi expulsa das zonas restauradas. A reforma visava claramente à atividade econômica do turismo, e à criação de estratégias que mantivessem uma estrutura auto-sustentável. A população que residia no Centro Histórico não era compatível com o desenvolvimento desejado:

Não é possível tentar transformar o Pelourinho em um bairro exclusivamente residencial, expulsando prostitutas, pobres, negros, toxicômanos e travestis para ocupá-lo com outro tipo de gente. É preciso pensar a ocupação da área através de um aproveitamento cultural, comercial, institucional e residencial, investindo em melhores condições de vida, buscando o apoio comercial. (IPAC, p. 234, 1997)

Segundo o IPAC, um dos principais objetivos do programa de recuperação do Centro Histórico era potencializar a zona de condições para manter o patrimônio preservado através da produção econômica, e criar estratégias para seu desenvolvimento produtivo e social. Mas isso só seria possível *expulsando prostitutas, pobres, negros, toxicômanos e travestis*, ou seja, limpando a área da indigência. Acreditando ser uma forma rápida e prática, muitos optam por empurrar o lixo para debaixo do tapete, quando desejam livrar-se da sujeira. Dessa mesma maneira foram tratados os antigos moradores do Pelourinho, transferidos para bair-

ros distantes, condenados ao isolamento social. O estigma atribuído ao negro e ao pobre está muito bem representado na frase citada acima, uma categoria corrompida pela negatividade, assim como as prostitutas e os toxicômanos. Negros-pobres e atividade turística não se coadunam? Um "aproveitamento cultural" que diz valorizar e preservar a arte popular baiana, mas que despreza sua comunidade popular? Afinal, nossas instituições estão "investindo em melhores condições de vida" para quem?

No Centro Histórico ainda existem pequenos núcleos formados por comunidades carentes, antigos moradores que resistem no Pelourinho. A *Rocinha* é exemplo de uma delas (Fig. 08). Situada atrás da Faculdade de Medicina, sua visão é de lástima.

Na atualidade, a postura adotada pelas autoridades competentes, no que se refere à restauração e revitalização do Centro Histórico, se mantém a mesma. Recentemente, os jornais voltaram a discutir sobre a política do governo para a revitalização do centro, apresentando considerações desfavoráveis sobre a questão.¹⁰ Segundo relatos, os moradores, inclusive os proprietários, estão sendo obrigados a sair de seus imóveis, atitude considerada pelo Ministério Público do Estado¹¹ e pelos moradores como "asepsia social". Sua transferência para bairros distantes do centro, sem infra-estrutura e saneamento básico, é a maneira fácil que o poder público encontrou de preservar a cidade do mal e da corrupção que "esse tipo de gente" representa.

A antiga população do Centro Histórico, constituída por uma maioria de negros e pobres, ainda traz consigo o estigma da marginalidade. Sua imagem ainda está associada à criminalidade e à prostituição. Sua presença, em uma zona de grande importância turística, não é considerada adequada para a imagem da cidade, que não hesita em denominar-se "cidade negra", mas que, na hora de conceber a cidade oficial, classifica a comunidade carente como o mal que a ameaça, e da qual deve ser preservada, protegida. O poder político estabelece a dualidade entre cidade oficial e cidade clandestina, e, nesse sentido, define quem tem o direito à cidadania e quem não tem. No caso da reforma do Centro Histórico, "o outro", a saber, "as prostitutas, os pobres, os negros, os toxicômanos e os travestis" não foram e não são tratados como sujeitos por essa sociedade que insiste em guardar valores rurais escravistas, segundo os quais só é possível estabelecer a relação entre senhor e escravo.

O Poder Público, na Bahia, parece, ainda hoje, estar fundado no direito consuetudinário. O mito de uma herança "patriarcal" intocável, solidamente fundada na *Casa Grande & Senzala*, (FREYRE, 2001) e na mentalidade colonial e escravista das "elites brancas", tem seu contraponto na dissolução da família, no número

crescente de filhos sem pais, de mulheres sem marido, de crianças abandonadas. Essa realidade está presente de maneira significativa entre as famílias negro-mestiças deste estado. A exclusão social é partícipe da luta pela sobrevivência, da péssima qualidade de vida, da violência urbana, entre outros males. Ela também faz parte da escolha do Poder Público por formas de convívio social que segregam a sociedade em duas categorias antitéticas, que se correspondem – negro-mestiços pobres *versus* brancos ricos; barbárie e violência *versus* civilização e superioridade. Aqui, cada categoria mantém uma relação com a cidade oficial, seja essa relação inclusiva ou excludente. E eles ainda nos fazem pensar que essas categorias são legais, mas a miséria não é legítima, assim como os negros não são “por natureza preguiçosos e malvados”. Portanto, seu estado de pobreza não é um castigo de Deus por alguma mácula gerada em nossos antepassados, e a dura vida que os negros mestiços vivem na Bahia não vão redimi-los de suas “características de origem africana”.¹² (VARNHAGEN, T1, p.223, 1975)

Já não é mais possível aceitar a idéia de que a humilhação e o sofrimento redentor sejam condições para o triunfo, princípio básico do pensamento judaico-cristão; tampouco nos aproximamos dos pagãos e de sua aceitação do destino. Já é hora de o Estado incluir, em seu programa de Preservação Cultural, uma proposta de revitalização e inclusão social dessa parcela da comunidade baiana, que foi sempre periferia na cidade oficial e que, por ironia, é a que torna possível a existência de um Patrimônio Cultural da Bahia, a saber, a população afro-descendente.

Selma Passos Cardoso é Doutora Arquiteta pela Universidad Politécnic de Cataluña e bolsista do CNPq.

Notas

- ¹ As questões levantadas aqui foram apresentadas em diversos encontros científicos realizados em Florianópolis, Buenos Aires, Santiago do Chile e Newcastle.
- ² Segundo informações oficiais, 60% dos pacientes que buscam o Sistema de Saúde Pública, são portadores de doenças ocasionadas pela falta de saneamento básico em seu local de moradia.
- ³ Ver Gey Espinheira, em entrevista para a Revista da SEPLA/Prefeitura Municipal do Salvador <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/conteudo/entrevista/entrevista.htm>
- ⁴ Informações retiradas do **Atlas do Pnud**. Vd. http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/ARB-Pobreza_e_Indigencia.doc.
- ⁵ MACHADO, Kenys Menezes. *Uma comparação entre a renda e as abordagens multidimensionais na Bahia*. In: http://www.mesteco.ufba.br/scripts/encontro2007/pdf/ra_ecobai/07.pdf
- ⁶ Utilizamos aqui a palavra *periferia* não para definir um território ou zonas na cidade, mas aplicada aos grupos de excluídos que vivem na informalidade, que estão à margem do sistema oficial, da cidade participativa, e que, em Salvador, podem ser localizados em todo seu tecido urbano.
- ⁷ Já no século XVII, D. Francisco Manuel de Mello descrevia o Brasil como Paraíso de Mulatos, Purgatório de Brancos e Inferno de Negros. Vd. MEDINA, João, “O Terceiro Império Português. O Império Africano. O Sonho dum “Novo Brasil em África”, In: História de Portugal, p.211. Também citado em RODRIGUES, J. H., *Historiografia del Brasil: siglo XVII*, p. 80
- ⁸ Ver Diário de Notícias, Bahia, 04.07.1912; Diário da Bahia. 29.11.1916; Jornal de Notícias, Bahia. 14.12.1920.
- ⁹ Segundo informações nos documentos do IPAC, 45,6% dos imóveis tinham função residencial.

¹⁰ Vd. *Verdades e mentiras do novo Pelô*. Jornal *A Tarde*. Salvador. 28.01.2004. p.3. y *Do Pelourinho às "cidades de Deus"*. Jornal *A Tarde*. Salvador. 22.02.2004. p.4.

¹¹ Órgão gestor responsável pelas políticas de urbanização do Estado de Bahia.

¹² Muitos foram os intelectuais no século XIX que defenderam a tese de que a mestiçagem contribuiria para o branqueamento da população brasileira, eliminando suas "características de origem africana".

Fontes Bibliográficas

ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BACELAR, Jeferson. *A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

ESPINHEIRA, Carlos G. D'Andréa. *Comunidade do Maciel*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

ESPINHEIRA, Gey. Entrevista para a Revista da SEPLA/Prefeitura Municipal do Salvador. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/conteudo/entrevista/entrevista.htm>>. Acesso em: maio 2007.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. (Org.). *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Empresa das Artes, 1993.

FISCHER, Tânia. (Org.). *Gestão contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Record, 2001.

IPAC, Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. *Termo de Referencia. Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador*. Salvador: Bureau, 1997.

IPAC, Secretaria da Cultura e Turismo e Governo da Bahia. "30 anos do IPAC nos jornais". Salvador: 1997.

LIMA, Paulo Costa. (Org.). *Quem faz Salvador*. Salvador: UFBA, 2002.

MATOS E GUERRA (1633-1696), Gregório de. *Obras Poéticas*, 02 vols., Rio de Janeiro: Record, 1992.

MIRANDA, Luciete Barreto. *Pelourinho: desenvolvimento socioeconômico*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Macunaima, 1974.

PINHEIRO, Eloisa Petti. *Europa, França e Bahia*. Salvador: Edufba, 2002.

PINSKY, Jaime y PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador. Estudos de geografia urbana*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1959.

SCHUON, Frithjof. *O Sentido das Raças*. São Paulo: IBRASA, 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAUNAY, Afonso de E., *Na Bahia Colonial 1610 - 1764*, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (pp. 244 - 255), Rio de Janeiro, 1924.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.